

C
A
D
E
R
N
O

D
E

Q
U
E
S
T
Õ
E
S



Ministério Público do Estado da Paraíba
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

AVALIAÇÃO CONCLUSIVA DO CURSO DE FORMAÇÃO

O candidato receberá do fiscal:

- ✓ Um **Caderno de Respostas**, com 18 (dezoito) folhas, sendo a primeira, destacável e destinada à identificação do Candidato(a), que deverá conferir os seus dados de identificação pessoal e assinar no espaço próprio.
 - ✓ Um **Caderno de Questões**, que contém **05 (cinco) questões discursivas** e 05 (cinco) folhas de rascunho, que não poderão ser destacadas.
- O **Caderno de Respostas NÃO** pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou conter qualquer registro ou marca que possa individualizar ou identificar o(a) Candidato(a) fora dos locais indicados.
 - As **respostas** a cada uma das **Questões (1 a 5)** devem ser escritas **exclusivamente nos espaços correspondentes, numericamente indicados no Caderno de Respostas, sob pena de não serem objeto da avaliação.**
 - Na avaliação desta prova, as Questões terão o mesmo valor individual (2,0 – dois pontos).
 - Ao ser autorizado o início da Prova, verifique, no **Caderno de Questões**, se a numeração das Questões está correta, bem como se contém erros gráficos.
 - Somente **após 60 (sessenta) minutos do início da prova**, o candidato poderá entregar o **Caderno de Respostas**, devidamente assinado, e retirar-se da sala.
 - Após o término de sua prova, deverá o candidato entregar ao fiscal de sala este **Caderno de Questões e o Caderno de Respostas, já tendo destacado deste último a folha de identificação respectiva.**
 - Durante a realização da prova, somente será permitida a elaboração de rascunhos nas folhas a isso destinadas e já constantes do **Caderno de Questões**, não se podendo destacá-las.
 - **Não** serão permitidos, em nenhuma hipótese, qualquer tipo de **comunicação e compartilhamento de material de consulta** entre os candidatos.
 - Observe as demais orientações constantes do **Caderno de Respostas**.
 - Você dispõe de **05 (cinco) horas** para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.
 - Os **03 (três) últimos Candidatos** a concluírem a Prova somente poderão deixar a sala conjuntamente, devendo participar, apondo as respectivas rubricas, do procedimento de lacres dos Cadernos de Questões, dos Cadernos de Respostas e das Folhas de Identificação dos Cadernos de Respostas.

1. Suponha que, no Município de Cajazeiras-PB, Petrócio Cabrito, Defensor Público estadual, mantenha um relacionamento com Nalva Calada, Vice-prefeita daquela urbe. Esta última, tomando conhecimento, por meio de carta anônima, de que Petrócio a estaria traindo com Shayenne, dançarina da boite “Disco Love”, foi tomar satisfações com seu companheiro, o qual, oferecendo-lhe uma prova de amor, resolveu propor que juntos ceifassem a vida da referida profissional, o que realmente veio a ocorrer dias depois, em uma estrada vicinal daquela cidade, tendo ela encarregado seu motorista, Jarbas de Castro, de enterrar o corpo da vítima em matagal próximo, denominado “Bosque da Viração”.

- Defina e justifique, à luz de tal situação empírica, a competência jurisdicional inerente ao caso.

2. Nos autos de inquérito civil público, apurou-se que, realizado procedimento licitatório pela Prefeitura Municipal, foi contratada empresa que se descobriu ter, como sócio principal, o chefe de gabinete do Prefeito. Restou caracterizada a ocorrência de dano ao erário, bem como a consciência e vontade do Prefeito em favorecer o servidor e, ainda, que este, juntamente com os integrantes da Comissão Permanente de Licitação, concorreram deliberadamente para a consumação da ilegalidade.

- Considerando a situação hipotética descrita, como Promotor de Justiça, no exercício da atribuição de defesa do patrimônio público, proceda ao enquadramento jurídico dos fatos e aponte, genericamente, os pedidos que devem constar da ação civil pública pertinente. Fundamente.

3. Instaurou-se inquérito civil público para analisar o contrato de compromisso de compra e venda de apartamentos populares, elaborado pela empresa Edificar LTDA., notadamente quanto à licitude de cláusula que concedia à empresa um prazo de tolerância de seis meses (independentemente da ocorrência de caso fortuito ou força maior), para além do prazo previsto para entregar a obra com o “habite-se”, sem que o adquirente tivesse, em contrapartida, qualquer prazo de carência para o cumprimento de suas obrigações.

Quando da realização de audiência para discussão e possível celebração do TAC, visando suprimir a aludida cláusula, o representante legal da construtora recusou-se a transacionar, sob a alegação de que inexistia qualquer ilicitude, por não haver norma que vedasse a sua inclusão nos contratos.

Alegou, ademais, que o Ministério Público não tinha legitimidade para atuar no caso, pois se tratava de interesses individuais disponíveis de cento e cinquenta adquirentes, todos capazes, salientando, ainda, que a estipulação contida no contrato celebrado licitamente atendia aos princípios da autonomia da vontade e do pacta sunt servanda, motivo pelo qual pediu o arquivamento do inquérito civil público.

- Considerando a situação hipotética descrita, justifique a atuação funcional cabível, abordando necessariamente os aspectos relacionados à legitimidade do Ministério Público e ao mérito.

4. Sabe-se que um dos expedientes causadores de maiores distorções na legitimidade das campanhas eleitorais é a utilização indevida de programas públicos de distribuição de benesses com a finalidade de obtenção de votos, sendo que esse tema foi objeto de inovações legais ainda recentes, bem como tem sido frequentemente objeto de tratamento jurisprudencial no âmbito eleitoral.

- Nesse contexto, cite e explique duas possibilidades de enquadramento desse tipo de estratégia como ilícito(s) cível(is) eleitoral(is).

5. **A atuação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) pode limitar a discricionariedade administrativa do gestor? Explique e fundamente.**